

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA A DEFICIÊNCIA FÍSICA/NEUROMOTORA

Raianny Louisy Bahniuk Gabardo¹
Nelly Narcizo de Souza²

RESUMO

Este artigo pretende apresentar reflexão sobre a importância do professor de Sala de Recursos Multifuncional conhecer os recursos e equipamentos de Tecnologias Assistivas voltados para a Deficiência Física/Neuromotora. A relevância da temática se faz pela escassez de trabalhos na área da educação de alunos com esta condição, bem como, que relate a educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado e o uso de recursos de Tecnologia Assistiva. Dada a especificidade deste aluno e das possibilidades de uso do recurso em Tecnologia Assistiva, considera-se que mais pesquisas nesta área são necessárias, bem como, formação continuada que empodere os profissionais que prestam apoio ao ensino regular, na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão; Atendimento Educacional Especializado; Salas de Recursos Multifuncionais; Tecnologias Assistivas; Deficiência Física/Neuromotora.

ABSTRACT

This article intends to present a reflection on the importance of the role of the Multifunctional Resource Room teacher to know the resources and equipment of Assistive Technologies aimed at the Physical / Neuromotor Disability. The relevance of this theme is due to the scarcity of work in the area of education of students with this condition, as well as, that relates to inclusive education, Specialized Educational Assistance and the use of Assistive Technology resources. Given the specificity of this student and the possibilities of using the Assistive Technology resource, it is considered that more research in this area is necessary, as well as ongoing training that empowers professionals who provide support to regular education, in an inclusive perspective.

Keywords: Inclusion; Specialized Educational Assistance; Multifunctional Resource Rooms; Assistive Technologies; Physical / Neuromotor Disability.

¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Paraná

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora na Universidade Positivo e na Universidade Federal do Paraná.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca o movimento mundial pela inclusão educacional como uma ação cultural, pedagógica, política e social desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem aprendendo e participando juntos, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008).

Desse modo, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, lançada pelo MEC em 2008, construiu a “nova roupagem” da Educação Especial no Brasil, agora transversal, indicando que este público deve ter sua escolaridade atendida pela escola regular, promovendo inclusão e oferecendo serviços de Atendimento Educacional Especializado no contraturno.

O Atendimento Educacional Especializado dispõe para o alunado público alvo da Educação Especial, atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade de forma a complementar ou suplementar sua aprendizagem. Normalmente este apoio é ofertado em Sala de Recursos Multifuncional.

Neste estudo optou-se por se abordar especificamente a Deficiência Física/Neuromotora em virtude de suas especificidades, diante das quais é imprescindível estabelecer estratégias e utilizar recursos de Tecnologia Assistiva que potencializem o desenvolvimento deste alunado.

A Tecnologia Assistiva no Brasil ainda representa uma área relativamente nova, impulsionada pelo processo de inclusão escolar, possibilita aos indivíduos importante apoio ao desenvolvimento educacional e social dos sujeitos foco desse estudo. Galvão Filho (2009) destaca que Tecnologia Assistiva é uma expressão nova e que se refere a um conceito ainda em pleno processo de construção e sistematização. Sendo assim, considera-se que Tecnologia Assistiva é um recurso ou uma estratégia utilizada para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida pelo alunado público alvo da Educação Especial. Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Tecnologia Assistiva é voltada para favorecer a participação do alunado público alvo da Educação Especial nas diversas atividades do cotidiano escolar. Logo, é fundamental que o professor do Atendimento Educacional

Especializado que trabalha com alunos que apresentam Deficiência Física/Neuromotora na Sala de Recursos Multifuncional, identifique, conheça e saiba manusear os recursos de Tecnologia Assistiva voltados para este tipo de deficiência, a fim de buscar um ensino/aprendizagem efetivo, onde, tanto o professor quanto o aluno, tenham seus objetivos alcançados e suas necessidades supridas.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A DEFICIÊNCIA FÍSICA/NEUROMOTORA

Observa-se um crescimento expressivo do número de alunos público alvo da Educação Especial, regularmente matriculados e frequentando as classes comuns das escolas regulares, sendo esta uma realidade nacional e internacional. As estatísticas do Censo Escolar indicaram que no Brasil, no ano de 2015, 745.363 do público indicado acima estavam matriculados em classes comuns (CENSO ESCOLAR, 2015). A Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, expõe que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena na sociedade com as demais pessoas (LEI 13.146/2015, art 2º).

Quando evidenciadas as dificuldades de acessibilidade, de interação ou ausência de recursos adequados, intervenções realizadas no contexto educacional podem transformar a situação de exclusão ainda vigente. Mas é necessário garantir a condição de acesso e as ferramentas adequadas, específicas às necessidades do indivíduo, para que lhe seja garantida a igualdade de oportunidades, de se expressar e de interagir, e, desta forma, poder se beneficiar e usufruir de todas as consequências naturais desse processo (BERSH, 2009). O documento “Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço do Atendimento Educacional Especializado” publicado pelo MEC traz a definição de Deficiência Física, destacando que esta:

[...]se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida (BRASIL, 2006, p. 28).

Neste estudo, ao abordar-se especificamente a Deficiência Física/Neuromotora, retoma-se o disposto pela Instrução nº 016/2011 – SEED/SUED:

Deficiência Física/Neuromotora: aquele que apresenta comprometimento motor acentuado, decorrente de sequelas neurológicas que causam alterações funcionais nos movimentos, na coordenação motora e na fala, requerendo a organização do contexto escolar no reconhecimento das diferentes formas de linguagem que utiliza para se comunicar ou para comunicação (INSTRUÇÃO nº 016/2011 – SEED/SUED, p.2).

Berch e Machado (2007) destacam que os professores que atendem alunos com Deficiência Física/Neuromotora devem conhecer sobre quadros progressivos ou estáveis, alterações da sensibilidade tátil, térmica ou dolorosa; se existem outras complicações associadas como epilepsia ou problemas de saúde que requerem cuidados e medicações. Tais informações auxiliarão o professor especializado a conduzir seu trabalho com o aluno e orientar o professor da classe comum sobre questões específicas de cuidados. Ressaltam ainda que nem sempre a Deficiência Física/Neuromotora aparece isolada e em muitos casos encontraremos associações com privações sensoriais (visuais ou auditivas), Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro do Autismo, entre outros, e, por isso, o conhecimento destas outras áreas também auxiliará o professor responsável pelo atendimento desse aluno a entender melhor e propor o Atendimento Educacional Especializado necessário (BERCH e MACHADO, 2007). Nessa perspectiva, o aluno com Deficiência Física/Neuromotora precisa ser atendido como um todo, de modo que o atendimento deve ser prestado por profissionais qualificados e conscientes das necessidades que estes alunos podem demandar no contexto da escola regular (MELO e PEREIRA, 2013).

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA/NEUROMOTORA

Berch e Machado (2007) frisam que na Deficiência Física/Neuromotora são encontrados diversos tipos e graus de comprometimento. As autoras ainda acrescentam que para o educando com Deficiência Física/Neuromotora ter acesso ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se relevante criar condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e

segurança. É o Atendimento Educacional Especializado, ofertado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares (BERCH e MACHADO, 2007).

Especificamente para a aprendizagem do aluno com Deficiência Física/Neuromotora:

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de Deficiência Física/Neuromotora, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2006, p. 29)

Por esse motivo, é fundamental que o professor do Atendimento Educacional Especializado que trabalha com alunos que apresentam Deficiência Física/Neuromotora na Sala de Recursos Multifuncional identifique, assim como conheça e saiba manusear os recursos de Tecnologia Assistiva voltados para este tipo de deficiência, a fim de buscar um ensino-aprendizagem efetivo, onde, tanto o professor quanto o aluno, tenham seus objetivos alcançados e suas necessidades supridas.

Assim, diante do aluno com Deficiência Física/Neuromotora, reforça-se que as Tecnologias Assistivas são instrumentos que devem ser utilizados como recursos dentro do Atendimento Educacional Especializado, com vistas à inclusão escolar deste público (BERCH e MACHADO, 2007).

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Somos constantemente beneficiados pelo desenvolvimento tecnológico, onde diariamente nos deparamos com novas ferramentas que favorecem e agilizam nossa comunicação, mobilidade, trabalho, lazer, cuidados pessoais e de saúde. Quando o desenvolvimento tecnológico traz respostas aos problemas funcionais encontrados pelo aluno público alvo da Educação Especial e desenvolve para este, ferramentas ou práticas que ampliem ou promovam habilidades necessárias do cotidiano, estamos

falando do conceito de Tecnologia Assistiva – TA (BERCH, 2009). A Tecnologia Assistiva representa atualmente uma área em ascensão, impulsionada, principalmente, pelo paradigma da inclusão social, que defende a participação do público citado acima nos diversos ambientes da sociedade. Para a maioria dessas pessoas, os recursos de TA são essenciais para a mobilidade, atividades relacionadas à aprendizagem, trabalho, comunicação e interação com o mundo (RODRIGUES e ALVES, 2013). No Brasil a TA é uma área de conhecimento relativamente nova e observa-se que as expressões TA, Ajudas Técnicas e Tecnologia de Apoio são utilizadas, mais frequentemente, como sinônimos (RODRIGUES e ALVES 2013).

Com o intuito promover uma padronização da terminologia adotada no país, o Comitê de Ajudas Técnicas, uma instância que estuda essa área do conhecimento no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, aprovou a adoção da seguinte formulação para o conceito de TA:

(...) área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

Essa ampla concepção traz bases importantes, onde é possível perceber que, primeiramente a TA (expressão no singular) é definida como área de conhecimento, envolvendo não só produtos e recursos, mas também, metodologias, estratégias e serviços. E, além disso, ao atribuir a característica interdisciplinar, deixa de ser atribuição exclusiva de determinada área, e passa a ser permeada por diferentes áreas do conhecimento. Por fim, seu objetivo condiz com os direitos do público alvo da Educação Especial, idosos e demais pessoas com a necessidade de inclusão educacional e social (RODRIGUES e ALVES 2013).

Assim, a partir de tal definição, pode-se inferir que o professor que trabalha com este público, além de utilizar recursos, ao fazer uso de práticas e estratégias visando autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão educacional/social estará trabalhando com TA (MANZINI, 2012).

Galvão Filho (2013) ressalta que atualmente tem-se gerado algumas distorções quanto à delimitação dos recursos que podem ser considerados TA, devido

justamente à amplitude conceitual proposta e ao crescente interesse pelo tema em diferentes espaços. Dessa forma, há uma tendência equivocada em considerar como TA qualquer recurso relacionado ao público alvo da Educação Especial, mesmo que este possa ser usado por outro público, com as mesmas finalidades. Assim, na busca de uma maior precisão conceitual, esse autor considera que:

A Tecnologia Assistiva, como um tipo de mediação instrumental, está relacionada com os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às funções motoras, funções visuais, funções auditivas e/ou funções comunicativas (GALVÃO FILHO, 2013, p. 8-9).

Os recursos de TA variam desde uma simples adaptação ou confecção até os mais complexos, e que todos podem ser utilizados na área educacional para auxiliar aos alunos público alvo da Educação Especial (VERUSSA, 2009).

Atualmente existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno público alvo da Educação Especial, tais como: suportes para visualização de textos ou livros, fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas, engrossadores de lápis confeccionados de forma artesanal, substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas, entre inúmeras outras possibilidades. Tudo isso é TA (FILHO, 2011).

Diante de tais recursos que potencializam a aprendizagem do alunado público alvo da Educação Especial, há recursos de alta e baixa tecnologia. Os recursos de baixa tecnologia são aqueles que podem ser confeccionados pelo próprio professor, o custo é menor e servirá de apoio ou adaptação de outro recurso. Já os recursos de alta tecnologia são aqueles que devem ser solicitados e adquiridos após a observação e avaliação das necessidades do aluno, são de custo maior, dependendo assim, de verbas da mantenedora (OLIVEIRA, 2012).

Dispor de recursos de TA, seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem e desenvolvimento, proporcionados pela cultura (FILHO, 2009).

Dessa forma, essas novas tecnologias vêm sendo incorporadas em nossa cultura, caracterizando-se cada vez mais como ferramenta indispensável na inclusão do público alvo da Educação Especial (ROCHA, 2010). Para que o direito à educação do público indicado anteriormente se realize de fato com o atendimento de suas necessidades específicas, garantindo-lhes igualdade de oportunidades e possibilidades de aprendizado, é que se fazem necessários na escola o conhecimento e a prática da TA. O conhecimento e a aplicação da TA no contexto educacional é um dos fatores que contribuem para a inclusão escolar (BERCH, 2009). Na área educacional, a TA vem se tornando, cada vez mais, uma ponte para abertura de novo horizonte nos processos de aprendizagem e desenvolvimento do alunado referido acima (FILHO, 2009). Conforme Berch (2006, p.92), “a aplicação da TA na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a ‘fazer’ tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno “ser” e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento” (BERSCH, 2006, apud BARRETO, 2014). Por fim, o trabalho com a TA no AEE considera o movimento em que cada sujeito transforma e renova os conhecimentos que já possui em novas aprendizagens. Tal movimento indica as tomadas de decisão mais adequadas no atendimento dos diferentes alunos no que se refere: às TA, às estratégias, aos procedimentos e aos conteúdos especializados oriundos do Atendimento Educacional Especializado (RAMOS, 2013, apud BARRETO 2014).

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E A APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA/NEUROMOTORA

Para Berch e Machado (2007), é necessário que os alunos com Deficiência Física/Neuromotora tenham a sua disposição meios alternativos para a realização das atividades de aprendizagem. Um desses meios podem ser os recursos de TA, pois:

[...] quando falamos em TA, significa que desejamos resolver com criatividade os problemas funcionais de pessoas com deficiência e nos remetemos a encontrar alternativas para que as mesmas tarefas do cotidiano sejam realizadas de outro modo. Para isso podemos introduzir em recursos que favoreça o desempenho desta atividade pretendida ou podemos modificar a atividade, para que possa ser concluída de outra forma (BERSCH; MACHADO, 2007, p.41 apud VERUSSA, 2009).

No Brasil, o “Documento Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física”, publicado pelo MEC em 2007 (BRASIL, 2007), tem por objetivo oferecer orientações a fim de facilitar o acesso a TA no cotidiano escolar de alunos com Deficiência Física/Neuromotora. Tal documento cita a TA com os objetivos de viabilizar a este aluno a participação e a realização de tarefas acadêmicas e também a adequação do espaço escolar. Para atingir estas metas, o documento propôs a atuação relacionada às ações práticas como:

Comunicação Alternativa e Suplementar: pretende atender as necessidades de alunos com dificuldades de fala e de escrita;

Adequação dos materiais didáticos pedagógicos: tem como objetivo atender às necessidades dos alunos e ampliar as sua funcionalidade durante as atividades escolares. Como exemplo é possível citar os engrossadores de lápis, quadro magnético com letras imantadas, tesouras adaptadas, entre outros;

Desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações a fim de promover a acessibilidade arquitetônica;

Adequação de recursos da informática: teclado e mouse adaptados, ponteira de cabeça, programas especiais, acionadores, entre outros;

Uso de mobiliário adequado: os professores especializados devem solicitar à Secretaria de Educação adequações de mobiliário escolar, conforme especificações de especialistas na área: mesas, cadeiras, quadro, entre outros, bem como os recursos de auxílio à mobilidade: cadeiras de rodas, andadores, entre outros (BRASIL, 2007).

Outro aspecto importante discutido na área de TA é a adaptação do ambiente frente à diversidade de habilidades e necessidades do público alvo da Educação Especial. Ao reconhecer que este público apresenta necessidades individuais, é fundamental que os ambientes nos quais elas participam estejam equipados por ferramentas que deem suporte às suas diversidades (ROCHA, 2010).

Dentre os Recursos de TA destinados às pessoas com Deficiência Física/Neuromotora, foi possível encontrar tais como: cadeira de rodas, mobiliário adaptado com enfoque no assento da cadeira, pulseira de chumbo, recursos para comunicação alternativa e recursos pedagógicos adaptados (VERUSSA, 2009).

Ressalta-se que, apesar da existência de diferentes recursos, estes ozinhos não garantem o sucesso escolar do indivíduo com Deficiência Física/Neuromotora, o bom desempenho do aluno está diretamente relacionado com os serviços da TA e as estratégias utilizadas pelo professor para mediar o uso dos recursos (DELIBERATO,

2009; ROCHA; DELIBERATO, 2009a, 2009b, SAMESHIMA; DELIBERATO, 2009b; PELOSI, 2006, 2008 apud ROCHA, 2010).

Assim, serviços, recursos e estratégias da TA podem proporcionar oportunidades a estes indivíduos com Deficiência Física/Neuromotora de explorar, aprender e interagir com o ambiente. Os recursos de TA confeccionados na escola para tais devem ser equipamentos funcionais, mas, sobretudo o professor deve utilizar de estratégias que facilitem o seu uso e a interação com os colegas (PELOSI, 2006 apud ROCHA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atendimento Educacional Especializado por si só não dará conta de todas as necessidades dos sujeitos que atende. É preciso refletir sobre as minúcias desse importante apoio à escolarização do alunado público alvo da Educação Especial. Entre os detalhes destaca-se a formação dos professores que atendem nas Salas de Recursos Multifuncionais e, especificamente, os que atuam com alunos com Deficiência Física/Neuromotora. Esta condição implica em diferentes manifestações e pode evidenciar uma multiplicidade de necessidades educacionais que, o conhecimento em recursos de Tecnologia Assistiva pode acolher e auxiliar na ampliação de seu acesso à aprendizagem no ensino regular, tornando-o melhor e com mais qualidade e independência.

Sendo assim, estudos que tragam reflexões e ampliem o entendimento a respeito da Deficiência Físico/Neuromotora, relacionando-a com o uso de tecnologia Assistiva no contexto de Sala de Recursos Multifuncional são de fundamental importância.

Outrossim, destaca-se que as Tecnologias Assistivas podem auxiliar fortemente na construção de contextos educacionais mais inclusivos, elevando a qualidade do processo de aprendizagem e promovendo potenciais de desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita, MACHADO, Rosângela. In: SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física**. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2007. 129p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf> Acesso em: 13/11/2016.

BERCH, Reckziegel de Cássia, Rita. **Design de um serviço de Tecnologia Assistiva em escolas públicas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Engenharia – Faculdade de Arquitetura – Programa de Pós-Graduação em Design, Porto Alegre, 2009. 231f. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18299/000728187.pdf?sequen>>. Acesso em 13/11/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de SRMF. Elaboração** Claudia Pereira Dutra, Martinha Clarete Dutra dos Santos e Martha Tombesi Guedes. MEC, 2010. 33p. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2010.pdf>. Acesso em: 13/11/2016.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 09/11/2016.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 13/11/2016.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 13/11/2016

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Ministério da Educação. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf>. Acesso em: 13/11/2016.

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/TA_dequesetrata.htm>. Acesso em: 13/11/2016.

GALVÃO FILHO, T. **Favorecendo práticas pedagógicas inclusivas por meio da Tecnologia Assistiva**. In: NUNES, L. R. O. P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. F. (orgs.). Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa. Marília:

ABPEE, p. 71-82, 2011. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/ta_inclusiva.pdf>. Acesso em: 13/11/2016.

GALVÃO FILHO, T. A; MIRANDA, Guimarães Theresinha. **O professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador, EDUFBA, 2012. 491p. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm>. Acesso em: 13/11/2016.

GALVÃO FILHO, T. A. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demanda e perspectivas.** UFBA, SALVADOR – BAHIA, 2009, 346p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>>. Acesso em: 13/11/2016.

MANZINI, E. J.; MAIA; S. R.; GASparetto, M. E. R. F.. **Questionário TAE – TA para educação.** Brasília: Comitê de Ajudas Técnicas, 2008. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em: 09/11/2016.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência/** World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo, 2012. 334p. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 12/11/2016.

PEREIRA, Medeiros A. P; MELO, de Vieira L. R. F. **Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta.** Rev. bras. educ. espec. vol.19 no.1 Marília Jan./Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000100007&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em 13/11/2016.

RAMOS, Souza de Eliane; BARRETO, Souza Maria Lilia. **O atendimento educacional especializado e a TA: novas perspectivas para o ensino inclusivo.** Revista Gestão & Conexões Management and Connections Journal Vitória (ES), v. 3, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/5053/5618>> Acesso em: 10/11/2016.

RAMOS, Souza de Eliane; BARRETO, Souza Maria Lilia. **O atendimento educacional especializado e a TA: novas perspectivas para o ensino inclusivo.** Revista Gestão & Conexões Management and Connections Journal Vitória (ES), v. 3, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/5053/5618>> Acesso em: 10/11/2016.

RESENDE, Duarte Camila. **A inclusão escolar na ótica dos professores de ensino fundamental na Rede Municipal de Criciúma.** Monografia apresentada na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2010. 92f. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7960199-A-inclusao-escolar-na-otica-dos-professores-de-ensino-fundamental-da-rede-municipal-de-criciuma.html>> Acesso em: 12/11/2016.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. **Processo de prescrição e confecção de recursos de Tecnologia Assistiva para educação infantil.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 2010. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/rocha_andc_me_mar.pdf>. Acesso em: 28/05/2016

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la Investigación.** México: McGraw – Hill, 2^a edição, 1998.